

CAMPESINATO, DISPUTA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA DO MPA¹

Adeir Archanjo da Mota
Doutorando em geografia

Márcio Freitas Eduardo
Doutorando em geografia

Objetivamos, nos parágrafos que se seguem, construir uma argumentação teórico-metodológica calcada na relação contraditória entre o campesinato e a lógica do desenvolvimento capitalista tomando como referência o conceito de disputa territorial. Utilizaremos a experiência de luta do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da COOPERBIO (Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda) na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul como referência a uma leitura de desconstrução do desenvolvimento como discurso hegemônico. Para tanto, nossa proposta estruturar-se-á em três partes associadas: 1) concebendo o desenvolvimento como construto histórico material e representacional; 2) efetivando uma leitura acerca do conceito de disputa territorial sob a ótica do paradigma da questão agrária e do campesinato, e 3) relacionando os dois itens anteriores à experiência de luta do MPA via a COOPERBIO.

O DESENVOLVIMENTO COMO CONSTRUTO HISTÓRICO MATERIAL E REPRESENTACIONAL.

As principais referências que nos balizaram na efetivação, num primeiro momento, de uma leitura de desconstrução do desenvolvimento como produto histórico e do embate de classes foram Sachs (2000), Gómez (2006), Esteva (2000) e Escobar (2000). Nessas obras encontramos elementos importantes para estabelecermos um panorama acerca da evolução da idéia de desenvolvimento e de seus sistemas representacionais, como produto historicamente construído e assimilado pelo ideário social como “bem comum”: inerente na arquitetura do poder da sociedade de classes capitalista, nas políticas públicas economicistas, nos discursos hegemônicos, nas centralidades culturais etc.

A idéia de desenvolvimento, associado a seus complementos (rural, sustentável, territorial, econômico, humano etc.), transformou-se num poderoso instrumento de poder e de controle social, como sustenta Gómez (2006). Ganhou status de religião emergindo como um grande axioma desde a segunda metade do século XX. O desenvolvimento, como instrumento de controle

¹ Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba”, ministrada pelos professores Bernardo Mançano Fernandes, Angelina Herrera Sorzano e Federico Sulroca Dominguez (convidados) junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

social, adquiriu progressivamente poderes de legitimação-coerção sociais. Pelo seu viés discursivo as desigualdades sociais são aplainadas, a natureza diversificada dos territórios menosprezada e a coerção corroborada em benemérito a uma orientação (leia-se o oriente como o “certo”), a um Norte (leia-se o “Norte” como coerência almejada²) capaz de conduzir a sociedade inteira a uma situação de otimum social – evidentemente de proeminência econômica.

O desenvolvimento, consoante Gómez (2006, p. 117) prossegue mantendo sua força, tanto no imaginário coletivo como na essência das políticas públicas, a despeito da seguinte espiral nada virtuosa: “implementação de estratégias de desenvolvimento – fracassos – reformulações – novas estratégias – novas promessas – novos fracassos”.

Mas afinal, o que é o desenvolvimento? Ou melhor, qual é o contexto pelo qual o desenvolvimento surge como premissa, ou seja, como adoutrinamento social?

A amnésia histórica do tecido social confunde-se com a mudança qualitativa da noção de tempo decorrente da evolução das forças produtivas capitalistas. Com o advento do industrialismo o próprio tempo é transformado em mercadoria, é imediatizado, apreendido como tempo da valorização do capital. O tempo histórico, das lutas de classes, cada vez mais é relegado à condição de obsolescência (por que é um tempo não produtivo?). A ideologia burguesa é a grande responsável por esse triunfo do tempo abstrato. O próprio modo de produção capitalista que se afirmou historicamente como sinônimo de despossessão e da violência é hoje assimilado a partir de atributos como a bravura, o trabalho e a virtude burguesa, como aponta K. Marx em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos. Estamos, pois nos referindo ao processo histórico de “naturalização” das relações sociais e do devir histórico levado adiante pela ideologia do economicismo burguês. O desenvolvimento é uma dessas ideologias: tem uma raiz histórica, mas parece ser uma transcendência; tem uma conotação de classe, mas parece pairar sobre os antagonismos.

Sach (2000), Gómez (2006), Escobar (2000), dentre outros autores, datam a “criação” do discurso hegemônico do desenvolvimento no dia 20 de janeiro de 1949. Nesse dia o presidente estadunidense Harry Truman pronunciou seu discurso de posse como chefe de estado em seu segundo mandato. Nesse episódio H. Truman ratifica a necessidade de levar a prosperidade econômica dos EUA aos países que designou “subdesenvolvidos”. Inventando o subdesenvolvimento, H. Truman lança as bases para a criação e expansão do discurso do desenvolvimento, de um modelo a ser seguido (ESCOBAR, 2000). A ideologia burguesa novamente promoveu uma imagem invertida da realidade: as diferenças de condições para o desenvolvimento passaram a serem tratadas em termos de um continuum e não como resultado da histórica e implacável ação imperial das metrópoles, da divisão internacional do trabalho e da

² Note-se o caráter ideológico incrustado desde há muito tempo nos termos “Orientar-se” e “Nortear-se”. Os símbolos são amplamente utilizados como poderosos sistemas de representações os quais os “experts” do desenvolvimento conhecem os meandros do know-how: durante a inauguração de uma ponte, por intermédio de propagandas, pelos discursos, pela divulgação de complicados gráficos presentes em relatórios de viabilidades, de desenvolvimento humano etc.

luta internacional de classes. O desenvolvimento seria uma espécie de “cartilha” escrita pelos Estados Unidos e que se bem seguida levaria a prosperidade aos mais atrasados. O subdesenvolvimento desvinculou-se do desenvolvimento. Um não se justificava pelo outro, mas sim um como princípio para a evolução d’outro: e desde então todos almejam – pior, aguardam – o desenvolvimento!

A materialidade do desenvolvimento também manifesta uma dimensão simbólica, representativa, produto do próprio discurso do desenvolvimento e de seus aspectos subjetivos: no “ar” do progresso técnico tanto no campo como na cidade (a psicofera de Miltoniana), nas novas roupagens das velhas políticas públicas desenvolvimentistas repletas de esperanças, no credo pelo fomento por incrementos de empregos e produtividade, na globalização como fábula etc.

A dimensão representativa do desenvolvimento atribuiu ao sistema capitalista de produção a propriedade de instituir e estimular a evolução das distintas interfaces do próprio desenvolvimento, hoje mais em voga o humano e o ecológico, ou em síntese, o sustentável.

É comum a euforia geral quando anunciado um possível incremento no PIB nacional. Os indicadores são diversos como o aumento da confiança por parte dos investidores estrangeiros, a valorização da moeda nacional, a estabilidade financeira etc. Mas muitos se esquecem que o crescimento do PIB, ou melhor, a acumulação de capital, não é social, é privada! Geralmente, quando há um incremento do PIB, seu estímulo real de desenvolvimento é limitado. Se uma dada economia cresce 6% a.a não há uma recíproca de crescimento real equivalente por parte da totalidade da população que personifica essa dada economia. Vale lembrar o que K. Marx e F. Engels evidenciaram na obra “Ideologia Alemã”: a evolução econômica londrina pós-revolução industrial contrastava com a igual evolução do número de prostitutas. O que isso significa? Significa que o desenvolvimento sob o capitalismo não é uma conquista social. É, pelo contrário, uma necessidade material e simbólica desencadeada pela evolução das forças produtivas no âmago da luta e antagonismo de classes. Mas o que se destaca nesse processo são criações de postos de trabalho, construções de rodovias, de usinas hidroelétricas, de escolas, fábricas etc.

Outro exemplo é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), da gestão em vigor, divulgada em dezembro de 2003, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional, que mede a disparidade regional pelo PIB per capita, desconsiderando os diferentes tipos de relação sociedade-natureza, como por exemplo, caracterizar uma microrregião inteira como de baixa renda e pouco dinamismo no PIB, através da média geométrica do crescimento do PIB per capita municipal e pela comparação entre o poder de compra de pessoas que vivem integrados ou relativamente integrados ao tempo da natureza, distante da capital e de pessoas que vivem na capital. Tal metodologia desconsidera outras formas de produzir e viver, sobretudo na região Norte do país, distorcendo a realidade de pessoas que resistem à migração para as capitais, onde o modo de produção “selvagem” assusta os moradores de pequenos vilarejos e dos povos das florestas. Essa política busca explorar o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental do país, integrando tudo ao mercado,

justificando que “a nação não pode aceitar que alguns de seus filhos sejam condenados a privações e falta de perspectivas determinadas pelo local de seu nascimento” (PNDR, 2003, p. 12), sem questionar quais as necessidades e objetivos dos “filhos” da nação. Como corrobora Fernandes, (2008, p. 280),

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio de políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital.

No entanto, os discursos e ações desenvolvimentistas passam a serem questionadas e se revelam em crise, no qual Sachs (2000) destaca quatro premissas básicas de autodestruição desta percepção que molda a realidade: primeiramente, pela situação ecológica “insustentável” do modo de produção vigente; segundo, por passar a servir mais como prevenção do que soluções que leve ao progresso; terceiro, por ampliar as desigualdades sociais entre os países do Primeiro e Terceiro Mundo, assim como entre as regiões destes países, e; por último, pela ocidentalização do mundo, contribuindo para diminuir a diversidade cultural, as formas alternativas de pensar, de agir, de conceber a mudança social e de organizar economias e sociedades (ESCOBAR, 2000).

O agronegócio incorpora em sua lógica de territorialização os elementos do discurso hegemônico do desenvolvimento. Estruturou-se a partir da década de 1960 (através da revolução verde) e 1980 (por intermédio dos complexos agroindustriais) no Brasil respaldado pelas necessidades de se avançar no processo de industrialização nacional, sob o contexto do esgotamento do modelo de substituição de importações acirrado a partir da década de 1950. Sua territorialização ao longo das décadas significou impulso à produção de commodities e a incorporação de terras e de tecnologias, e como consequência, a exclusão de camponeses e indígenas, a redução da biodiversidade via degradação ambiental e simplificação excessiva dos métodos produtivos. Sua melhor qualidade alardeada também não se procedeu: ser um veículo na promoção da erradicação da fome e da miséria rural.

Práticas que corroboram para a superação desta atitude mental, que condicionam a forma de viver (imposta pela forma de produzir, ou seja, da sociedade industrial, que impôs o tempo das máquinas ao ritmo da vida), são as resistências, as valorizações de criatividade e as apreensões das lógicas de dominação territorial a partir das ações do Estado e das variadas formas de relações capitalistas.

Mas, contraditoriamente, numa sociedade capitalista pior do que estar incluído num sistema de exploração perverso é não o estar. É estar privado da satisfação das necessidades imediatas da dimensão animal do homem. Mas alguns questionarão (com razão) afirmando que o

desenvolvimento pode apresentar-se como uma possibilidade e que o uso social da técnica é que define seu conteúdo de classes e a sociabilidade correspondente. Perfeita observação! Mas quando o conteúdo social das relações será diferente para que a técnica e a sociabilidade possam realmente virem a ser desenvolvimento? Aqui ficamos entre a revolução como fenômeno de massa e a revolução como perspectiva, como horizonte nas paulatinas conquistas das lutas diárias e do aprendizado das resistências como a do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e da experiência da COOPERBIO (Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda) como veremos posteriormente.

DISPUTA TERRITORIAL E A CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MPA: O CASO DA COOPERBIO NO NOROESTE RIOGRANDENSE.

O conceito de “disputa territorial” tem sido referendado pelo processo de construção de uma abordagem renovada do desenvolvimento sob a égide do “Paradigma da Questão Agrária” em Geografia e em outras ciências sociais pós-1970. Nessa perspectiva, o território passa a ser o elemento central a ser compreendido, como síntese sempre refeita pelo jogo de forças produtoras de territorialidades e de seus aspectos de centralidades subjetivas. Sentimos aqui a necessidade de expor sucintamente nossa leitura sobre a abordagem territorial. Postura teórico-metodológica que julgamos relevante para que posteriormente possamos avançar no entendimento da contraditória relação entre desenvolvimento e território.

A abordagem territorial, conforme Sposito (2004) é um importante instrumento para compreender a estrutura espacial, porém, trata-se de uma tarefa complexa, especialmente quando a utilizamos no entendimento da constituição de uma área através das ações das pessoas e do seu processo histórico, ou seja, da dinâmica dos poderes: “[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida” (SAQUET, 2007, p.183).

Ao longo da história da geografia moderna a trajetória do conceito de território recebeu uma miríade de conotações distintas. Utilizado em várias áreas do conhecimento, tanto sociais quanto naturais, o conceito obteve graus distintos de expressividade, sendo abordado sob leituras diversas, de acordo com os métodos investigativos utilizados. A leitura mais difundida do território está associada à Geografia Política, notadamente nas contribuições posteriores a Ratzel que vinculam o território a escala da hegemonia do Estado-nação, também conhecido como território da governança. Queremos sublinhar que o conceito de território aqui adotado propugna compreendê-lo enquanto um corpo analítico, ou seja, como uma abordagem capaz de apontar encaminhamentos teórico-conceituais a compreensão dos múltiplos aspectos que definem sua organicidade material e imaterial.

O território é constituído através do complexo jogo relacional exercido pelos atores sintagmáticos, imbuídos em relações contraditórias e combinadas. Nesse processo, afirma Saquet (2007), quatro são os elementos que atuam em sua mediação: a economia, a política, a cultura e a dimensão natural. Dimensões que se articulam pela dinâmica social materializando-se em distintas escalas e formações territoriais, nos distintos contextos de lutas de classes. No território – e produzindo-o – interagem múltiplos sujeitos, lugares e instituições; configuram-se pelas suas superposições, heterogeneidades e descontinuidades, mas também pelas suas contigüidades e conexões com outros territórios. Um território, portanto, não pode ser compreendido pelo seu recorte, ou seja, como uma instituição autônoma, mas por suas conexões multiescalares.

Consoante Raffestin (1993, p.152), “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos (indivíduos ou grupos que realizam ações) que ‘produzem’ o território”. Dessa forma,

O território recoloca a questão das classes sociais, as classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e poderes de decisão. A propriedade é relação social e território, o que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 209).

Os homens vivem, paralelamente, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias, produzindo identidades. Através das relações de poder, instauram atos de dominação e subordinação, de forma tácita ou explícita, nas interações que os sujeitos sociais mantêm em suas relações cotidianas. Nessa perspectiva, a territorialidade, ou seja, o viver e o acontecer cotidiano no território representa os mandos inerentes ao próprio território e sua dinâmica relacional. As características de cada território são construídas historicamente pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais e as imprimem no espaço. O espaço, concomitantemente, é produto e condição de apropriação.

A questão agrária, sob a abordagem territorial, necessita ser concebida em sua complexidade como processo contínuo de ação das forças estimuladoras das ordenações territoriais e das territorialidades. As distintas concepções de desenvolvimento estão intimamente articuladas aos poderes que se interagem nos ordenamentos territoriais. A dinâmica gera o processo, e sua representação o reproduz ampliadamente. Urge, dessa maneira, desconstruir o desenvolvimento corroborado pelo discurso hegemônico, promotor da desterritorialização e da monopolização do território camponês pelo capital e suas mazelas. Urge, igualmente, estabelecer as bases materiais de um projeto alternativo de desenvolvimento que enfatize o território e valorize o patrimônio cultural de suas populações. Projeto que tem sido debatido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e colocado à prova pela experiência através da COOPERBIO.

O Norte riograndense é uma região que acumula diversas iniciativas de associação e mobilização popular, como a formação da Coopercana e da Creral, que no final da década de

1990 e no início do século XXI. Essas passaram a produzir álcool em microdestilarias, abastecendo suas frotas e de seus associados, dentro de uma proposta agroecológica e fundamentada na autonomia dos pequenos e médios agricultores. Uma das ações de resistência da Coopercana foi de não ceder as pressões do prefeito de Porto Xavier, no final da década de 1990, que defendia o interesse dos distribuidores de combustíveis na cidade. Ao produzirem seu próprio meio de transporte (as “fubicas”) e combustível, deixava de recolher impostos. Com a proibição de circular as “fubicas” no espaço urbano, organizou-se então um “fubicaço”, e a carreta em desobediência civil circulou pela cidade conquistando a simpatia dos moradores e o direito de ir e vir (MPA, 2007b).

É nesta situação que a cooperativa do MPA, a COOPERBIO, se origina, contando com experiências de resistência aos interesses hegemônicos predominantes na sociedade brasileira, e, principalmente, aos interesses do agronegócio no campo.

O MPA (2007a) tem uma postura crítica diante da produção de agrocombustíveis, polemizada por Fidel Castro e Lester Brown em 2007, no qual apontam que o aumento da produção destes irá aumentar o preço dos alimentos e, conseqüentemente, a fome no mundo, apontando que “Sistemas combinados podem ser implementados tanto na produção de óleos vegetais, de etanol e de energia elétrica, sem prejudicar, até aumentando, a produção de alimentos em sistemas camponeses de produção diversificados. Somos, portanto, contra o modelo proposto pelas elites, não contra a produção de agrocombustíveis”. O desafio que o movimento pretende superar é o de “implantar um projeto energético auto-sustentável, considerando o preço, qualidade e garantia de suprimento, dos Biocombustíveis, propiciando geração de renda e inclusão social.”

O projeto da COOPERBIO surge com a pretensão de produzir alimento, energia e conservação ambiental. Esse projeto é financiado pela Petrobrás e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A implementação das dez microdestilarias foi financiada através de contrato com a Petrobrás no primeiro semestre de 2007, totalizando investimento de 2,3 milhões de reais. Conforme o gerente executivo de desenvolvimento energético da Petrobrás Mozart Queiroz (2007), o excedente da produção será adquirido prioritariamente pela Petrobrás Distribuidora para comercialização no varejo.

A estrutura organizacional de produção será de forma descentralizada, visando, segundo Queiroz (2007, p. 20), “a inserção da agricultura familiar no negócio do álcool” [grifo nosso]. Os agricultores, além de fornecerem a matéria-prima para a produção do biocombustível, também ficaram responsáveis pela operação das microdestilarias. Os slogans da semi-privatizada Petrobrás aparece estampados em diversas figuras que demonstram a distribuição destas na região Noroeste riograndense, o que gera dúvidas sobre o caráter “endógeno” do projeto.

As microdestilarias estão localizadas nas cidades de Caiçara, Cristal do Sul, Erval Seco, Iraí, Pinheirinho do Vale, Redentora, Seberí, Taquaruçu do Sul e Vista Alegre, todas com capacidade de

produzir até 500 litros de etanol por dia, além de uma destilaria central, situada na cidade de Frederico Westphalen, com capacidade de produzir até 5 mil litros diariamente.

O suporte tecnológico é garantido por parcerias com universidades com campus na cidade de Frederico Westphalen, o caso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Regional Integrada do Alto Araguaí e Missões, dentre outras que contribuem indiretamente.

A importância dessa cooperação entre as instituições de ensino superior e os movimentos sociais, proporciona pesquisas relevantes, tanto sociais como tecnologicamente e, em contrapartida, os movimentos sociais conseguem apoio “científico”, na qual na maioria das vezes acessível somente as grandes empresas, pelas parcerias público-privada.

[...] Cada uma das 330 famílias que participam inicialmente do projeto está plantando até 2 hectares de cana-de-açúcar e amiláceos (mandioca e batata doce, por exemplo). O cultivo dessas culturas é integrado com a produção de leite e leguminosas (feijão, amendoim, entre outras) que visam atender a outros mercados. O projeto tem potencial para gerar emprego e renda para 12 mil famílias nos próximos anos (QUEIROZ, 2007, p. 19).

No final de março de 2010, conforme Marcelo Leal, dirigente nacional do MPA, havia 230 famílias integradas à cooperativa, dentre, aproximadamente as 800 famílias integrantes do Movimento de Pequenos Agricultores. Em contato inicial, conforme as lideranças da COOPERBIO, os pequenos e médios agricultores se motivam a participarem das reuniões e de se associarem a cooperativa por acreditarem no aumento da renda, a partir da produção de biocombustíveis e da diversificação de produtos alimentares. A politização destes se dá a partir da integração à cooperativa, não o contrário.

Neste processo de politização, os cooperados se sensibilizam com as questões agroecológicas e políticas, aderindo a programas de diversificação de plantios, de práticas ecológicas para o combate as doenças, no aproveitamento dos subprodutos gerado no processo de produção dos biocombustíveis, na busca de maior autonomia familiar política (no sentido lato sensus), tanto na produção como na disponibilidade de alimentos e de combustível, conforme se pode observar alguns exemplos nas figuras seguintes: microdestilaria central em Frederico Westphalen, um plantio agroflorestal de cana-de-açúcar com vegetação arbórea, uma floresta energética, com diversos tipos de árvores para múltiplos usos, plantação consorciada de cana-de-açúcar e feijão de porco (utilizado para fixar nitrogênio ao solo) e agricultores da COOPERBIO colhendo e extraíndo o caldo de cana em moenda móvel, que contribui para a diminuir o volume de produto transportado).



Fonte: Arquivo do autor. Visita “in loco” em março de 2010.



Fonte: MPA, 2007b.

O ESTÍMULO POR TERRITORIALIDADES ATIVAS: O DESENVOLVIMENTO DO LADO DE CÁ.

“A força joga papel decisivo na definição do projeto hegemônico. Por isso não basta termos um bom projeto é

necessário ter homens e mulheres dispostos a lutar por ele” (LEAL, 2009, p. 20).

Marcelo Leal, dirigente nacional do MPA.

Podemos fazer uso da distinção que Dematteis (2008, p. 35) sugeriu entre uma “territorialidade ativa” e uma “territorialidade passiva”. Como observou o autor, nos “[...] territórios, vistos como ‘ativos’, a territorialidade corresponde a mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial e de desenvolvimento local”.

[...] qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo, como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. Isso equivale a dizer que, para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade, entendida como as relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita e se produz (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Tendo em vista o caráter excludente do desenvolvimento capitalista sob a agricultura camponesa, que integra para explorar e explora até desterritorializar, e a urgência em se construir bases materiais sólidas para se pensar um outro desenvolvimento, de territorialidades ativas, podemos elencar elementos importantes presentes na trajetória de luta do MPA no subsídio para a estruturação de um “Plano de Desenvolvimento Territorial Camponês”, ou simplesmente “Plano Camponês” no âmago da disputa territorial. São eles:

1. Avançar pela via da desconstrução da ideologia do desenvolvimento;
2. Abordar o território em sua plenitude, buscando construir seus vínculos orgânicos multiescalares (materiais e imateriais);
3. Pensar e implementar propostas de desenvolvimento de economia de escopo que vise o território e suas populações;
4. Avançar pela via agroecológica (de produção sustentável e como bandeira de luta);

5. Estimular a transformação de territorialidades passivas em ativas pelo viés da soberania territorial (alimentar, genética, hídrica, energética e cognitiva).

1. Avançar pela via da desconstrução da ideologia do desenvolvimento: acreditamos ter abordado anteriormente de maneira suficiente os elementos inerentes a este item, tendo em vista a proposta do artigo. Porém, cabe ressaltar que qualquer avanço no constructo de uma via alternativa de desenvolvimento e na crítica socioambiental do modelo hegemônico esbarra em interesses há muito cristalizados e tornados legítimos pelo respaldo da ciência e do discurso.

A desconstrução, portanto, deve ser entendida como uma forma de enfrentamento no momento da disputa territorial. O importante é ter em mente que outro desenvolvimento é possível e que as contradições e as lutas de classes ainda são combustíveis se pensarmos o desenvolvimento como possibilidade.

2. Abordar o território em sua amplitude, buscando construir seus vínculos orgânicos multiescalares (materiais e imateriais): como já mencionado na segunda parte do trabalho, o território é produto e condição do engendramento de forças colocado em curso pelo agir humano nas dimensões da economia, da política, da cultura e da natureza (E-P-C-N). O território, como abordado, é mais do que as dimensões E-P-C-N. O território é um sistema complexo territorializado cuja totalidade (i)material resulta da interação do conjunto multidimensional. A totalidade é mais que a soma das dimensões abstratas tomadas em conjunto.

O clima, a hidrografia, a base geomorfológica e biológica é transformada, apropriada desigualmente pela sociedade num processo histórico e reticular de mediações. A política e a economia agem nas distintas formações territoriais em convergência e/ou divergência de forças nos processos de apropriação e produção territorial. A cultura sintetiza os códigos simbólicos, as identidades, o saber fazer acumulado, as territorialidades assimiladas socialmente (que também geram contradições). Essa diferenciação tem apenas validade didática, mas faz-nos entender sucintamente a amplitude, dinamicidade e complexidade dos sistemas territoriais.

Um plano de desenvolvimento objetivo torna-se limitado caso não considere sistematicamente a interação multidimensional do território e seus os vínculos orgânicos multiescalares. Por vínculos orgânicos multiescalares entendemos as distintas interações materiais e imateriais produzidas por distintos agentes em distintas escalas e dimensões do território e que se convergem alimentando um dado sistema territorial (em sentidos de reprodução e/ou contradição porque o desenvolvimento não é uniforme e isento de conflitualidades). Do local ao global as articulações multiescalares do território objetivam-se de diversas maneiras: nas lutas e reivindicações, na produção do conhecimento e da técnica, na dinâmica produtiva, no mercado, nas políticas públicas e nos sistemas naturais.

O que define um sistema territorial é a capacidade de interação entre esses elementos num dado quadro de evolução social. No modo de produção capitalista as relações partem do mercado, definindo a produção do conhecimento, das técnicas e do conteúdo das intervenções públicas em detrimento dos almejos das populações e dos sistemas territoriais pretéritos. Daí o pretenso aplainamento das desigualdades (e da diversidade) sob o discurso do desenvolvimento, e a abissal exclusão social e degradação ambiental.

A soberania energética propalada pelo projeto de produção de etanol pela COOPERBIO só está sendo possível pela cooperação entre os camponeses do Noroeste gaúcho que simpatizam com o projeto ou fazem parte do MPA. Só foi possível pela articulação desses produtores angariando recursos junto à PETROBRÁS. Só é viável porque a produção de etanol é compreendida como um elo numa corrente produtiva maior que prima pelo desenvolvimento territorial: da biomassa faz-se a cachaça e o etanol; do bagaço da cana faz-se a ração para incrementar a produção leiteira dos produtores; do “vinhoto” (antes material descartado após o processo produtivo) faz-se fertilizantes naturais que alimentam o outro elo da soberania, a saber, a alimentar. A soberania genética e cognitiva também está sendo buscada pela articulação com outros sujeitos. A genética, pela produção, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no estado do Paraná, de sementes e técnicas produtivas crioulas que são trocadas entre os camponeses via instituições como o MPA, o CAPA e a ASSESOAR. Para se obter a soberania cognitiva ainda é mais abrangente o nível de articulação: via ONGs, órgãos públicos de pesquisa e extensão, universidades, igrejas e junto a movimentos sociais estruturam-se territórios imateriais, perpassando a preocupação técnica, organizacional, produtiva, social e ambiental no fomento ao desenvolvimento territorial. Nesse sentido, mesclam-se, contraditoriamente, interesses do público e do privado, do individual e do coletivo, do local e do global num mesmo sistema territorial, permeado ainda de conteúdos ideológicos igualmente contraditórios, mas que se convergem na produção do território estimulando a definição de territorialidades. Queremos afirmar que a escala do desenvolvimento territorial ultrapassa a da propriedade e a da “comunidade”.

3. Pensar propostas de desenvolvimento de economias de escopo que vise o território e suas populações: grande parte da ação dos movimentos sociais de cunho agrário restringe-se até o momento a duas perspectivas de luta: 1) a militância, e 2) as ocupações de terras. No âmbito da militância cada movimento reproduz uma visão de mundo, conforme suas aspirações, orientações políticas e grau de articulação do movimento. Nesse momento agem no ponto de vista da denúncia socioambiental e na construção de edifícios teóricos, interpretações próprias do desenvolvimento, desconstruindo-o ou não. As ocupações de terras são ações mais efetivas dos movimentos, territorializando ampliadamente seus preceitos de sociabilidade: de trabalho, de cultura, de identidade etc. Mas, pela experiência do MPA e da COOPERBIO, deve-se ir adiante à proposta de luta, isto é, entrando no território do mercado efetivamente, mas sob o lócus da própria perspectiva de desenvolvimento de suas populações. Não é de espantar que soe de forma descabida essa proposta, haja vista que o mercado sempre foi concebido como

exterioridade ao campesinato, como estranhamento, potencializador da diferenciação social e da desterritorialização. Por isso mesmo a aversão dos movimentos ao mercado.

O mercado não é neutro. É uma mediação social entre forças desiguais. Portanto, não é de se esperar justiça dele, não lhe é propriedade imanente. Mas como avançar numa proposta de desenvolvimento sob o capitalismo desconsiderando o mercado? Apenas pela resistência crua? Mais uma de tantas outras ideologias! Avançar sob o território do mercado é importante. Mas como conciliar pares aparentemente antagônicos num projeto de desenvolvimento? Mesclando produção de conhecimento, articulação política e resistência com inserção mercantil sob uma dada orientação: esse é o caminho em que o MPA e a COOPERBIO tem trilhado, conforme pudemos observar anteriormente. Para tanto necessita-se romper com a idéia de desenvolvimento baseada em cadeias produtivas e pacotes tecnológicos e pensar a dimensão produtiva em arranjos articulados ao território potencializando economias de escopo. Esses princípios convergem para a otimização da eficiência energética da produção, com a adaptabilidade técnica as condições do território, com o equilíbrio pedológico, com a diversificação produtiva, com a revitalização dos vínculos biológicos, físicos e químicos à produção, com a formação de estruturas cooperativas multiescalares, promovendo soberanias consoantes aos princípios da agroecologia.

4. Avançar pela via agroecológica (de produção sustentável e como bandeira de luta): Considera-se, grosso modo, a agroecologia como uma ciência ou conjunto de conhecimentos de caráter multidisciplinar, cujos princípios visam contribuir na construção de formas de agricultura de base ecológica (não nocivas ao meio e a cultura locais) e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rurais alternativas, como no caso do desenvolvimento territorial, tomando como referência ideais de “sustentabilidade” apreendida em perspectiva holística (multidimensional).

Miguel Altieri, Stephen Gliessman e Eduardo Guzmán são considerados teóricos ícones no que tange a sistematização científica do conhecimento agroecológico. Sistematizando-se após a década de 1980, como crítica ao modelo convencional agrícola, o conhecimento agroecológico insere-se nesse contexto. É herdeiro dos diversos tipos alternativos de agricultura: biodinâmica, natural, orgânica, sustentável etc. Fundamentado nesse legado cognitivo das múltiplas experiências e correntes do pensamento referente aos modelos alternativos de agricultura, tem por objetivo “[...] desenvolver uma agricultura equilibrada, socialmente justa e economicamente viável” (EHLERS, 1999, p. 79).

O conhecimento agroecológico é um poderoso aliado dos movimentos camponeses na promoção do desenvolvimento territorial. O foco da organização social, sob o prisma agroecológico, é centrado na soberania, na diversidade e na interação socioambiental no local e não somente no mercado e na produção. As técnicas corroboram o conhecimento acumulado por suas populações sobre o milieu territorial potencializando um desenvolvimento equilibrado ambientalmente e com mais autonomia nas iniciativas. Investir na agroecologia não é tarefa fácil,

mas os movimentos e os camponeses têm buscado esses conhecimentos e as articulações possíveis frente ao caráter excludente da agricultura brasileira pós-1970 fundamentada no complexo agroindustrial.

A dimensão ecológica tem sido explorada também pelos movimentos como uma bandeira de luta. Nesse contexto, as lutas não estão apenas restritas aos interesses camponeses, mas sim de toda a sociedade. Camponeses e cidadãos mobilizam-se em torno da emblemática questão ecológica, aumentando o poder de ação dos movimentos pelo aumento da escala das reivindicações e da articulação entre classes. A agroecologia adquire status de conhecimento produtivo alternativo e, concomitantemente, legitima ações mais amplas por parte dos movimentos camponeses em conjunto com outros segmentos da sociedade sensíveis ao debate em torno, por exemplo, da questão dos impactos climático, hídricos, relativo ao desflorestamento, à contaminação genética pelos OGMs, à crise dos alimentos, à questão energética etc.

5. Estimular a transformação de territorialidades passivas em ativas pelo viés da soberania territorial (alimentar, genética, hídrica, energética e cognitiva): esse último item sintetiza a conquista nos demais: transformar territorialidades passivas em ativas frente a uma mudança de perspectiva do desenvolvimento. Dinâmicas de territorialidades ativas são ativadas quando efetiva-se o enfrentamento ao tomar-se consciência do território e da disputa territorial. Quando um sistema territorial é capaz de equilibrar as demandas de suas populações com sua reprodução ampliada. Quando a mobilização consegue obter êxito junto às políticas públicas, ratificando a essência e impulsionando continuamente o desenvolvimento desse território e das expressões de territorialidades subjacentes. Quando um território torna-se soberano. Como sustenta Fernandes (2009, p. 3), “[...] antes de ser um princípio, a soberania é uma necessidade humana para a liberdade”.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Fidel. *Condenados a muerte prematura por hambre y sed más de 3 mil millones de personas en el mundo*. Gramma: digital internacional. La Habana. 2007. Disponível em: <<http://www.gramma.cu/espanol/2007/marzo/juev29/reflexiones.html>>. Acesso em: 12 de abr. 2010.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema local territorial (Slot): um instrumento para representar, ler e transformar o território. Tradução de Marcos Saquet. In: ALVES, A.; CANDIOTTO, L. e CARRIJO, B. (Org). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2 ed. Guaíba: agropecuária, 1999.

ESCOBAR, A. Planejamento. In: SACHS, W (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-228.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In SAQUET, Marco Aurélio e SPOSITO, Eliseu Sáverio (orgs). *Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

GÓMEZ, J. R. M. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP/FCT. Presidente Prudente : 2006.

LEAL, Marcelo. Tempo histórico e agricultura camponesa. In: *Agricultura camponesa*. COOPERFUMOS (Org.). Santa Cruz do Sul: COOPERFUMOS, MPA, 2009. 15-25.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR*. Brasília. 2003.

MPA. *O MPA e as Energias Renováveis*. 2007a. Disponível em: <<http://www.cooperbio.com.br/artigos/artigos.php>>. Acessado em: 08 abr. 2010.

_____. *Construindo a soberania energética e alimentar: experiências autônomas de produção de combustíveis renováveis na agricultura familiar e de enfrentamento do agronegócio da energia*. Porto Alegre: Núcleo Amigos da terra/Brasil, 2007b.

QUEIROZ, M. S. *Atuação da Petrobrás na produção de biocombustíveis*. In: Educando, 2007, p. 19-20.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.) e FERNADES, Florestan (coord.). *Ratzel*. São Paulo : Ática, 1990a [1882-1891], p. 32-107.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: SACHS, W (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 117-131.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SPOSITO, Eliseu Sáverio. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 15-36.

VIA CAMPESINA – BRASIL. *Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética: subsídios para estudo*. Brasília, 2007.